



Simulado Final

# MP AM

Agente de Apoio - Especialidade Administrativo  
Pós-Edital

# Simulado

Simulado MP AM – Agente de Apoio – Especialidade Administrativo

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso MP AM – Agente de Apoio – Especialidade Administrativo;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

## PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-MP-AM-24-02>

- |                          |                          |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) (E) | 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 41 – (A) (B) (C) (D) (E) | 61 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) (E) | 21 – (A) (B) (C) (D) (E) | 42 – (A) (B) (C) (D) (E) | 62 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) (E) | 22 – (A) (B) (C) (D) (E) | 43 – (A) (B) (C) (D) (E) | 63 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) (E) | 23 – (A) (B) (C) (D) (E) | 44 – (A) (B) (C) (D) (E) | 64 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) (E) | 24 – (A) (B) (C) (D) (E) | 45 – (A) (B) (C) (D) (E) | 65 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) (E) | 25 – (A) (B) (C) (D) (E) | 46 – (A) (B) (C) (D) (E) | 66 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) (E) | 26 – (A) (B) (C) (D) (E) | 47 – (A) (B) (C) (D) (E) | 67 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) (E) | 27 – (A) (B) (C) (D) (E) | 48 – (A) (B) (C) (D) (E) | 68 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) (E) | 28 – (A) (B) (C) (D) (E) | 49 – (A) (B) (C) (D) (E) | 69 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) (E) | 29 – (A) (B) (C) (D) (E) | 50 – (A) (B) (C) (D) (E) | 70 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) (E) | 30 – (A) (B) (C) (D) (E) | 51 – (A) (B) (C) (D) (E) | 71 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 – (A) (B) (C) (D) (E) | 31 – (A) (B) (C) (D) (E) | 52 – (A) (B) (C) (D) (E) | 72 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 – (A) (B) (C) (D) (E) | 32 – (A) (B) (C) (D) (E) | 53 – (A) (B) (C) (D) (E) | 73 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 – (A) (B) (C) (D) (E) | 33 – (A) (B) (C) (D) (E) | 54 – (A) (B) (C) (D) (E) | 74 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 15 – (A) (B) (C) (D) (E) | 34 – (A) (B) (C) (D) (E) | 55 – (A) (B) (C) (D) (E) | 75 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 16 – (A) (B) (C) (D) (E) | 35 – (A) (B) (C) (D) (E) | 56 – (A) (B) (C) (D) (E) | 76 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 17 – (A) (B) (C) (D) (E) | 36 – (A) (B) (C) (D) (E) | 57 – (A) (B) (C) (D) (E) | 77 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 18 – (A) (B) (C) (D) (E) | 37 – (A) (B) (C) (D) (E) | 58 – (A) (B) (C) (D) (E) | 78 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 19 – (A) (B) (C) (D) (E) | 38 – (A) (B) (C) (D) (E) | 59 – (A) (B) (C) (D) (E) | 79 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 39 – (A) (B) (C) (D) (E) | 60 – (A) (B) (C) (D) (E) | 80 – (A) (B) (C) (D) (E) |

**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***ENTÃO, ADEUS!****Lygia Fagundes Telles**

Isto aconteceu na Bahia, numa tarde em que eu visitava a mais antiga e arruinada igreja que encontrei por lá, perdida na última rua do último bairro. Aproximou-se de mim um padre velhinho, mas tão velhinho, tão velhinho que mais parecia feito de cinza, de teia, de bruma, de sopro do que de carne e osso. Aproximou-se e tocou o meu ombro:

— Vejo que aprecia essas imagens antigas — sussurrou-me com sua voz débil. E descerrando os lábios murchos num sorriso amável: — Tenho na sacristia algumas preciosidades. Quer vê-las?

Solícito e trêmulo foi-me mostrando os pequenos tesouros da sua igreja: um mural de cores remotas e tênues como as de um pobre véu esgarçado na distância; uma Nossa Senhora de mãos carunchadas e grandes olhos cheios de lágrimas; dois anjos tocheiros que teriam sido esculpidos por Aleijadinho, pois dele tinham a inconfundível marca nos traços dos rostos severos e nobres, de narizes já carcomidos... Mostrou-me todas as raridades, tão velhas e tão gastas quanto ele próprio. Em seguida, desvanecido com o interesse que demonstrei por tudo, acompanhou-me cheio de gratidão até a porta.

— Volte sempre — pediu-me.

— Impossível — eu disse. — Não moro aqui, mas, em todo o caso, quem sabe um dia... — acrescentei sem nenhuma esperança.

— E então, até logo! — ele murmurou descerrando os lábios num sorriso que me pareceu melancólico como o destroço de um naufrágio.

Olhei-o. Sob a luz azulada do crepúsculo, aquela face branca e transparente era de tamanha fragilidade, que cheguei a me comover. Até logo?... “Então, adeus!”, ele deveria ter dito. Eu ia embarcar para o Rio no dia seguinte e não tinha

nenhuma ideia de voltar tão cedo à Bahia. E mesmo que voltasse, encontraria ainda de pé aquela igreja arruinada que achei por acaso em meio das minhas andanças? E mesmo que desse de novo com ela, encontraria vivo aquele ser tão velhinho que mais parecia um antigo morto esquecido de partir?!...

Ouçã, leitor: tenho poucas certezas nesta incerta vida, tão poucas que poderia enumerá-las nesta breve linha. Porém, uma certeza eu tive naquele instante, a mais absoluta das certezas: “Jamais o verei.” Apertei-lhe a mão, que tinha a mesma frialdade seca da morte.

— Até logo! — eu disse cheia de enternecimento pelo seu ingênuo otimismo. Afastei-me e de longe ainda o vi, imóvel no topo da escadaria. A brisa agitava-lhe os cabelos ralos e murchos como uma chama prestes a extinguir-se. “Então, adeus!”, pensei comovida ao acenar-lhe pela última vez. “Adeus.”

Nesta mesma noite houve o clássico jantar de despedida em casa de um casal amigo. E, em meio de um grupo, eu já me encaminhava para a mesa, quando de repente alguém tocou o meu ombro, um toque muito leve, mais parecia o roçar de uma folha seca.

Voltei-me. Diante de mim, o padre velhinho sorria.

— Boa noite!

Fiquei muda. Ali estava aquele de quem horas antes eu me despedira para sempre.

— Que coincidência... — balbuciei afinal. Foi a única banalidade que me ocorreu dizer. — Eu não esperava vê-lo... tão cedo.

Ele sorria, sorria sempre. E desta vez achei que aquele sorriso era mais malicioso do que melancólico. Era como se ele tivesse adivinhado meu pensamento quando nos despedimos na igreja e agora então, de um certo modo desafiante, estivesse a divertir-se com a minha surpresa. “Eu não disse até logo?”, os olhinhos enevoados pareciam perguntar com ironia.

Durante o jantar ruidoso e calorento, lembrei-me de Kipling. “Sim, grande e estranho é o mundo. Mas principalmente estranho...”

Meu vizinho da esquerda quis saber entre duas garfadas:

— Então a senhora vai mesmo nos deixar amanhã?

Olhei para a bolsa que tinha no regaço e dentro da qual já estava minha passagem de volta com a data do dia seguinte. E sorri para o velhinho lá na ponta da mesa.

— Ah, não sei... Antes eu sabia, mas agora já não sei.

**01.** Assinale a alternativa correta.

- a) O “Até logo” do padre mostra que ele sabe que ela foi convidada para o mesmo jantar ao qual ele irá.
- b) A narradora tem piedade do padre, pois sabe que a igreja não durará mais tanto tempo, por ser muito antiga.
- c) Ao insistir no “até logo”, a narradora corrige o padre, reafirmando o “adeus”.
- d) O jantar na casa do padre motiva a narradora a não voltar mais para sua cidade natal.
- e) Ao descrever o padre, a narradora se vale de recursos da natureza.

**02.** A locução verbal destacada em “[...] dois anjos tocheiros que teriam sido esculpidos por Aleijadinho, pois dele tinham a inconfundível marca nos traços dos rostos severos e nobres, de narizes já carcomidos...” indica

- a) uma certeza
- b) uma ação não finalizada.
- c) uma ação finalizada.
- d) uma ação contínua.
- e) uma hipótese.

**03.** O texto versa, principalmente, sobre:

- a) Despedidas.
- b) Turismo.
- c) Compaixão.
- d) Imprevisibilidade.
- e) Velhice.

**04.** No trecho “Sim, grande e estranho é o mundo. Mas principalmente estranho...”, a narradora

- a) destaca os acontecimentos incomuns.
- b) nega a grandeza do mundo.
- c) concorda com a pequenez do mundo.
- d) reflete sobre as situações vividas por pessoas diferentes ao redor do mundo.
- e) defende que seria mais fácil viver em um mundo menor.

**05.** Ao descrever os itens vistos na igreja e chamá-los de “pequenos tesouros”, a narradora assume uma postura de

- a) ironia.
- b) valorização.
- c) depreciação.
- d) altivez.
- e) cuidado.

**06.** Assinale a alternativa em que o vocábulo em destaque introduz a ideia de explicação no trecho em que se encontra.

- a) A rua estava cheia **porque** choveu a noite toda.
- b) Todos deveriam estar em casa cedo, **porquanto** esse era o desejo dos responsáveis pela hospedagem.
- c) A vida estava monótona, **embora** houvesse motivos para se comemorar.
- d) A colheita havia sido muito boa, **logo** todos receberam bem.
- e) O contrato estava assinado, **entretanto** ainda havia pautas a serem discutidas.

**07.** Há palavra empregada em sentido figurado na seguinte alternativa:

- a) Minha avó lia poemas para os seus filhos.
- b) Um adolescente havia sido picado por um inseto desconhecido.
- c) O palhaço daquele circo foi eleito o melhor da América Latina.
- d) Os funcionários davam a vida pela empresa.
- e) Para se protegerem do frio, acenderam a fogueira no acampamento.

**08.** Assinale a alternativa em que a frase da tira foi alterada em conformidade com a norma-padrão de colocação pronominal.

- a) Os responsáveis pela construção esconderiam-se da fiscalização.
- b) Se coloque à disposição de seus amigos!
- c) Os policiais haviam confundido-o com os suspeitos do crime.
- d) As pessoas que candidataram-se ao cargo não possuíam as qualidades necessárias.
- e) Quando acusar-me, garanta que tenha provas.

**09.** Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância verbal.

- a) Os gerentes haviam retirado as embalagens danificadas.
- b) Existe duas formas de se resolver aquele problema.
- c) Devem haver casos mais graves do que o seu.
- d) Um terço dos alunos foram contemplados com a bolsa.
- e) Fazem anos que solicitei a revisão do meu visto.

**10.** O trecho destacado em “Devido à grande relevância do tema, os principais representantes de marca estão presente” pode ser reescrito, mantendo a correção gramatical e o sentido, da seguinte forma:

- a) Devido à grande interesse no tema
- b) Em razão da importância do tema
- c) Devido a grande expectativa sobre o tema
- d) Devido a notabilidade do tema
- e) Em função à relevância do tema

**11.** O trecho que tem seu sentido inviabilizado pela inversão na ordem de suas orações é

- a) Quando a situação econômica estiver melhor, os novos produtos serão mais utilizados.
- b) Como se vivia o ápice da crise, outros lançamentos foram adiados para o próximo ano.
- c) Embora existam outras modalidades de saque, o Pix Saque terá o seu lugar no mercado.
- d) Para aumentar a capilaridade dos serviços de saque, novas tecnologias estão sendo implantadas.
- e) À medida que forem testados, novos produtos serão implementados.

**12.** Verifica-se o emprego de vírgula para separar elementos de uma enumeração em:

- a) Ele se tornou um alimento básico de alimentação cotidiana na Europa, América do Norte, África e Ásia.
- b) As alunas, que saíram cedo da prova, tiraram nota baixa.
- c) Quando todos acordaram, já não havia mais ninguém esperando.
- d) João ficou responsável pela divulgação, e os outros ficaram responsáveis pela organização.
- e) Aqueles homens, numa manhã de inverno, reuniram provas relevantes.

**13.** Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto segundo a norma-padrão de regência e de emprego do artigo.

As decisões tomadas \_\_\_\_\_ Cúpula de Intervenções Emergenciais implicam demissão em massa. Ao esquecer \_\_\_\_\_ demandas solicitadas por áreas específicas \_\_\_\_\_ as condições de trabalho, a Cúpula deixou um clima nada amistoso no congresso.

- a) pela ... as ... sobre
- b) por ... das ... de
- c) por ... as ... de
- d) pela ... das ... para
- e) pela ... das ... sobre

**14.** Considere as frases elaboradas a seguir.

- Obedeça-\_\_\_\_\_ para que seja recompensado.
- Ele precisa estar pronto, pois eu \_\_\_\_\_ convocarei.
- Avisei-\_\_\_\_\_ da chegada das encomendas.

Com base na norma-padrão de emprego e colocação dos pronomes, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- a) lhe / o / o
- b) lhe / lhe / o
- c) o / lhe / o
- d) o / o / lhe
- e) lhe / o / lhe

## **TEXTO II - Movimento de filhos pela via da adoção cresce e reivindica novas discussões**

"Infelizmente a narrativa dos filhos adotivos é muito incipiente no Brasil", destaca Fernanda Tuna. Ela faz parte de um novo movimento que lança luzes para as dores e as demandas de quem se tornou filho ou filha pela via da adoção. "Quando se trata do assunto, o discurso dominante é aquele enunciado pelos pais adotivos", destaca a ativista. O fenômeno só pode ser compreendido com os 31 anos de publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. "Somos a primeira geração adulta pós-ECA, o que nos dá segurança para falar sobre adoção de uma maneira institucionalizada", explica Alexandre Lucchese, autor do livro "Vida de Adotivo" que entrevistou 12 pessoas adotadas e, com elas, contou a respeito de suas experiências pessoais como filho por adoção.

Apesar de diverso e não necessariamente coeso, o grupo coloca em discussão os referenciais mais comuns a respeito do que seria a adoção. "É muito importante que os filhos adotivos se encontrem, se reconheçam, se organizem. Isso está começando agora", destaca Fernanda, "a primeira coisa que conseguimos identificar é um preconceito imenso com a nossa existência — que é pouco falada e invisibilizada". O debate importa não apenas para as famílias adotivas, mas para todas as famílias, para a escola e a própria imprensa.

Fonte: <https://tab.uol.com.br/colunas/bernardo-machado/2021/08/08/movimento-de-filhos-pela-via-da-adocao-cresce-e-reivindica-novas-pautas.htm>.

**15.** Segundo o texto, é essencial na realidade dos filhos adotivos:

- a) nova perspectiva de vida.
- b) aumento dos direitos adquiridos.
- c) uma reflexão sobre a sua situação de "adotivo", sobre quem ele é.
- d) maior preocupação do legislador.
- e) maior preocupação da sociedade.

**16.** Assinale a alternativa em que a nova redação dada ao seguinte trecho do primeiro parágrafo apresenta concordância de acordo com a norma-padrão:

*Infelizmente a narrativa dos filhos adotivos é muito incipiente no Brasil.*

- a) A narrativa dos filhos adotivos, lamentavelmente, é ainda embrionária em nosso país.
- b) No Brasil, são avançadas a narrativa dos filhos adotivos, infelizmente.
- c) Lamentavelmente, há uma narrativa primária dos filhos não primogênitos no país.
- d) Ainda hoje existem a narrativa dos filhos adotivos no Brasil.
- e) Não raro a narrativa dos filhos adotivos é avançada no Brasil.

**17.** É correto afirmar que o termo – fenômeno –, em destaque no trecho abaixo, refere-se:

O fenômeno só pode ser compreendido com os 31 anos de publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. (1º parágrafo)

- a) a narrativa daqueles que se tornaram filho ou filha pela via da adoção.
- b) aos 31 anos de publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- c) ao processo de adoção
- d) à narrativa dos pais adotivos.
- e) aos ativistas do movimento.

**18.** É correto afirmar que a expressão – apesar de –, destacada em “Apesar de diverso e não necessariamente coeso” (2º parágrafo), estabelece uma relação de sentido com o período

- a) posterior, expondo argumentos favoráveis à discussão sobre filhos adotivos.
- b) anterior, confirmando que a discussão do grupo é viável.
- c) anterior, introduzindo informação nova sobre o grupo de discussão.
- d) posterior, contrapondo a realidade do grupo criado para estudar a situação dos filhos adotivos.
- e) anterior, contrapondo a realidade do grupo criado para estudar a situação dos filhos adotivos.

**REDAÇÃO OFICIAL***Luiz Felipe*

**19.** De acordo com os preceitos da redação oficial, é correto afirmar que o fecho adequado a um texto no padrão ofício em que o emissor possui hierarquia inferior ao receptor é

- a) “Com protestos de elevada estima”.
- b) “Respeitosamente”.
- c) “Atenciosamente”.
- d) “Cordialmente”.
- e) “Att”.

**20.** Não se constitui em atributo da Redação Oficial:

- a) clareza.
- b) Impessoalidade.
- c) publicidade.
- d) formalidade.
- e) coerência.

**21.** No Padrão Ofício, o assunto deve dar uma ideia geral do que trata o documento, de forma sucinta. Quanto a sua formatação, só não está correto o que diz a alternativa:

- a) Título: a palavra Assunto deve anteceder a frase que define o conteúdo do documento, seguida de dois-pontos.
- b) Descrição do assunto: a frase que descreve o conteúdo do documento deve ser escrita com inicial maiúscula, não se deve utilizar verbos e sugere-se utilizar de quatro a cinco palavras.
- c) Destaque: todo o texto referente ao assunto, inclusive o título, deve ser destacado em negrito e sublinhado.
- d) Pontuação: coloca-se ponto-final depois do assunto.
- e) Alinhamento: à margem esquerda da página.

**22.** Considerando as características de uma redação oficial, analise as afirmações a seguir.

- I. O autor do texto é o responsável pela redação, por isso deve tratar de assuntos que lhe são de interesse.
- II. Um texto conciso é aquele que transmite o máximo de informações com o mínimo de palavras.
- III. Os textos feitos em meios eletrônicos, como e-mail, também precisam respeitar as regras de formalidade e formatação.

Assinale a alternativa que indica apenas as afirmações CORRETAS.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas a afirmativa II está correta.
- e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

**23.** Considerando o Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), analise as assertivas a seguir e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Vossa Excelência é um pronome de tratamento utilizado apenas para Chefes dos Poderes Públicos.
- ( ) ‘A Sua Excelência o Senhor’ é uma forma de tratamento indireto.
- ( ) Para o correto emprego dos adjetivos, deve-se observar o gênero do destinatário.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F – V – V.
- b) F – F – V.
- c) V – F – V.
- d) V – V – F.
- e) F – V – F.



## CONHECIMENTOS JURÍDICOS INSTITUCIONAIS

*Tiago Zanolla*

- 24.** De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público, após quantos anos de exercício um membro do Ministério Público adquire a garantia de vitaliciedade e por quais motivos pode perder o cargo?
- a) 5 anos de exercício; pode perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado ou decisão administrativa final.
  - b) 3 anos de exercício; pode perder o cargo exclusivamente por decisão do Conselho Superior do Ministério Público.
  - c) 1 ano de exercício; pode perder o cargo por decisão judicial não transitada em julgado.
  - d) 2 anos de exercício; pode perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado em casos específicos.
  - e) 2 anos de exercício; pode perder o cargo por decisão do Conselho Superior sem necessidade de sentença judicial.

**25.** Durante uma conferência sobre as prerrogativas dos membros do Ministério Público, o Procurador Carlos levanta uma questão para testar o conhecimento dos novos integrantes sobre o tratamento jurídico e protocolar que devem receber. Ele descreve uma situação hipotética em que um membro do MP atua em um tribunal e pergunta sobre as prerrogativas relacionadas ao seu posicionamento e tratamento durante as sessões.

**De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público, qual das seguintes prerrogativas é correta em relação ao tratamento jurídico e protocolar dos membros do Ministério Público?**

- a) Membros do Ministério Público devem sentar-se à esquerda dos Juízes de primeira instância durante as sessões de julgamento.
- b) Membros do Ministério Público não têm direito a tratamento jurídico e protocolar específico, devendo adaptar-se às regras de cada tribunal.
- c) Membros do Ministério Público podem usar vestes talares somente em cerimônias oficiais, não sendo permitido em sessões de julgamento.
- d) Membros do Ministério Público devem tomar assento imediatamente à direita e no mesmo plano dos Juízes de primeira instância ou do Presidente do Tribunal, Câmara ou Turma, onde desempenhar suas funções.
- e) Membros do Ministério Público têm o direito de receber intimação pessoal em qualquer processo, mas apenas em segunda instância.

26. A Procuradora Julia está preparando uma palestra sobre as prerrogativas dos membros do Ministério Público, com foco especial na inviolabilidade das opiniões e manifestações no exercício de suas funções. Ela elabora um exemplo para ilustrar a importância dessa prerrogativa e decide questionar os participantes sobre o escopo dessa proteção.

**De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público, em que consiste a inviolabilidade das opiniões e manifestações dos seus membros?**

- a) Limita-se às opiniões expressas em documentos oficiais e processos judiciais, excluindo-se as manifestações em redes sociais.
- b) Aplica-se apenas às manifestações orais feitas durante sessões de julgamento, não se estendendo a escritos ou outras formas de expressão.
- c) Estende-se a todas as opiniões e manifestações processuais ou procedimentais, sem limitação ao tipo de expressão, nos limites de sua independência funcional.
- d) É válida somente para as manifestações relacionadas a casos em que o membro do Ministério Público atue como parte ou interessado direto.
- e) Restringe-se às opiniões expressas em sessões de julgamento, não abrangendo relatórios, pareceres ou outras contribuições escritas.

27. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público, qual das seguintes afirmações é verdadeira sobre as vedações aplicáveis aos seus membros?

- a) Membros do Ministério Público podem exercer advocacia, desde que não seja em causas contra o Estado.
- b) É permitido aos membros do Ministério Público receber honorários advocatícios, contanto que sejam declarados como renda adicional.
- c) Membros do Ministério Público estão proibidos de exercer o comércio, exceto como quotistas ou acionistas de sociedades comerciais.
- d) Membros do Ministério Público podem manter sob sua chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, desde que haja transparência.
- e) É permitido aos membros do Ministério Público integrar comissões de sindicância ou de processo administrativo sem autorização do Procurador-Geral de Justiça.

28. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público, qual das seguintes atitudes constitui infração disciplinar?

- a) Participação em atividades comunitárias utilizando o cargo para promover a conscientização sobre direitos humanos.
- b) Uso de informações sigilosas adquiridas em função do cargo para benefício próprio ou de terceiros.
- c) Realização de palestras sobre o papel do Ministério Público na sociedade, sem qualquer remuneração.
- d) Afastamento do cargo por um período de 20 dias consecutivos, com justificativa médica devidamente comprovada.
- e) Participação em cursos de aprimoramento profissional recomendados pelo Ministério Público.

**29.** De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público, qual afirmação corretamente descreve as responsabilidades e o processo associado às correições permanentes?

- a) As correições permanentes são realizadas anualmente pelo Corregedor-Geral, focando exclusivamente na avaliação da eficiência dos Promotores de Justiça.
- b) São realizadas pelo Procurador-Geral de Justiça e pelos Procuradores de Justiça nos autos em que oficiarem, em grau de recursos, com relatórios enviados à Corregedoria Geral de Justiça sobre o desempenho funcional do Promotor de Justiça.
- c) As correições permanentes são procedimentos excepcionais, iniciados somente em resposta a reclamações específicas sobre a atuação dos membros do Ministério Público.
- d) Envolve a inspeção aleatória dos processos administrativos pelos Procuradores de Justiça, sem a necessidade de enviar relatórios à Corregedoria Geral.
- e) São realizadas exclusivamente pelo Corregedor-Geral de Justiça, sem envolvimento do Procurador-Geral de Justiça ou dos Procuradores de Justiça.

**30.** De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público, qual das seguintes atividades o MP está autorizado a realizar em virtude de sua autonomia?

- a) Nomear e exonerar ministros do Supremo Tribunal Federal, seguindo critérios de mérito e necessidade institucional.
- b) Determinar a aplicação de recursos financeiros do Tesouro Nacional em programas de segurança pública de sua escolha.
- c) Elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos, gerindo diretamente sua situação financeira.
- d) Interferir nas decisões administrativas e judiciais do Poder Executivo, visando aprimorar a implementação de políticas públicas.
- e) Controlar e fiscalizar as atividades legislativas do Congresso Nacional, garantindo a conformidade com os interesses da Justiça.

**31.** Qual dos seguintes órgãos NÃO faz parte da Administração Superior do MP.

- a) Colégio de Procuradores de Justiça
- b) Procuradoria-Geral de Justiça
- c) Secretaria-Geral do Ministério Público
- d) Corregedoria-Geral do Ministério Público
- e) Ouvidoria-Geral do Ministério Público

**32.** Como é elaborada a lista tríplice para a nomeação do Procurador-Geral de Justiça. Qual é a resposta correta?

- a) A lista tríplice é elaborada pelo Governador do Estado, com base em critérios pessoais.
- b) A lista tríplice é resultado de uma indicação direta do Supremo Tribunal Federal.
- c) A lista tríplice é elaborada em eleição direta, mediante voto secreto e universal dos membros do Ministério Público, em atividade.
- d) A lista tríplice é determinada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sem eleição.
- e) A lista tríplice é formada pelos três membros mais antigos do Ministério Público.

**33.** Durante a palestra, Juliana perguntou qual das seguintes atribuições NÃO é competência do Procurador-Geral de Justiça no exercício da Administração.

- a) Representar o Ministério Público Estadual judicialmente.
- b) Editar atos de nomeação dos membros do quinto constitucional.
- c) Encaminhar ao Poder Legislativo os Projetos de Lei de iniciativa do Ministério Público.
- d) Elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público.
- e) Designar membros do MP para ocupar cargo de confiança junto aos órgãos da Administração Superior.

**34.** Qual é a função do Colégio de Procuradores de Justiça.

- a) O Colégio de Procuradores de Justiça serve exclusivamente como um órgão consultivo para o Procurador-Geral de Justiça.
- b) É um órgão meramente administrativo, sem poderes deliberativos ou recursais.
- c) Atua como órgão deliberativo, recursal e supervisor geral da Administração superior do Ministério Público.
- d) Sua única função é a supervisão financeira do Ministério Público.
- e) É responsável pela nomeação e exoneração do Procurador-Geral de Justiça.

**35.** Qual opção está incorreta acerca das votações do Colégio de Procuradores?

- a) Publicação de aviso no Diário Oficial com antecedência mínima de 15 dias.
- b) Garantia do sigilo do voto.
- c) Permissão de voto por portador ou correspondência.
- d) Apuração pública da votação por dois Promotores de Justiça da Capital.
- e) Proclamação imediata dos eleitos.

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

*Antônio Daud*

**36.** Tomando por base os preceitos doutrinários sobre Ética no serviço público, assinale a alternativa correta:

- a) A ética é a disciplina que toma por objeto os hábitos e costumes de determinados grupos sociais, tendo caráter temporário e mutável.
- b) A ética finalista considera o comportamento humano como sendo movido por uma força, pautando-se naquilo que move a conduta humana.
- c) A moral representa a área da filosofia que estuda a ética.
- d) A moralidade administrativa depende das convicções e concepções pessoais do agente público, possuindo dimensão subjetiva.
- e) A ética, enquanto ramo da filosofia que estuda a moral, é considerada imutável e permanente.

**37.** De acordo com a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), assinale a alternativa correta:

O impedimento para celebrar novo acordo de leniência é circunstância que decorre do descumprimento, por parte da pessoa jurídica, de acordo anteriormente firmado, podendo se estender de dois a quatro anos.

Considera-se apta a celebrar acordo de leniência a pessoa jurídica que, mesmo não admitindo sua participação no ilícito, cessou completamente seu envolvimento na infração investigada.

- a) O impedimento para celebrar novo acordo de leniência é circunstância que decorre do descumprimento, por parte da pessoa jurídica, de acordo anteriormente firmado, podendo se estender de dois a quatro anos.
- b) Considera-se apta a celebrar acordo de leniência a pessoa jurídica que, mesmo não admitindo sua participação no ilícito, cessou completamente seu envolvimento na infração investigada.
- c) Uma pessoa jurídica poderá ser responsabilizada mesmo que seus diretores ou administradores não sejam.
- d) A responsabilização na esfera civil das pessoas jurídicas requer a demonstração de dolo ou culpa.
- e) Constitui ato lesivo à administração pública a conduta de não dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos ou agentes públicos.

**38.** Assinale, à luz das regras da Lei Anticorrupção, a sanção que NÃO pode ser aplicada em decorrência da responsabilização judicial de pessoas jurídicas:

- a) perda dos valores decorrentes da infração.
- b) suspensão das atividades da pessoa jurídica.
- c) dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- d) multa.
- e) proibição de receber incentivos do poder público pelo prazo de 1 a 5 anos.

**39.** Considerando o disposto na Lei 8.429/1992 e suas alterações e a jurisprudência correlata, assinale a alternativa correta:

- a) Prescreve em 8 anos a pretensão de ressarcimento do Estado, diante de agente que intencionalmente tenha gerado dano ao erário, mediante a prática de ato de improbidade, no exercício de suas funções.
- b) A declaração dos bens e valores que compõem o patrimônio privado do agente público somente será necessária para posse e exercício do agente.
- c) A lei de improbidade administrativa somente pode ser aplicada a quem possua a prerrogativa de ser agente público.
- d) A aprovação de contas pelos órgãos de controle não obsta a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/1992.
- e) A Lei de Improbidade objetiva aplicar sanções a agentes públicos e demais pessoas que pratiquem atos de desonestidade em desfavor da Administração Pública, sejam dolosos ou culposos.

**40.** Em relação às disposições constantes da Lei 8.429/1992 e suas alterações, considera-se de ato de improbidade que viola princípios da Administração Pública, nos termos de seu art. 11:

- a) frustrar a licitude de processo licitatório.
- b) facilitar para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- c) realizar operação financeira sem observância das normas legais.
- d) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública.
- e) negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

*Fabiano Pereira*

**41.** W, um agente do órgão de fiscalização sanitária do município, estava realizando inspeções de rotina em algumas casas de carne no centro da cidade. Por coincidência, ele percebeu que o açougue que estava fiscalizando pertencia a Y, um antigo conhecido com quem tinha conflitos desde a infância. Mesmo sem identificar nenhuma irregularidade no açougue de Y, W optou por emitir um auto de infração, aproveitando a oportunidade para se vingar de seu antigo desafeto.

Analisando o caso apresentado, observa-se que W violou alguns princípios básicos da Administração Pública, a saber:

- a) Legalidade e pessoalidade;
- b) Segurança jurídica e autotutela;
- c) Razoabilidade e publicidade;
- d) Moralidade e impessoalidade;
- e) Especialidade e competitividade.

**42.** Um agente público específico moveu uma ação judicial buscando a equiparação das remunerações recebidas pelos servidores dos outros poderes. No caso em questão, o servidor da Administração Pública, mesmo de forma errada, supostamente fez o pedido com base no princípio:

- a) isonomia;
- b) segurança jurídica;
- c) eficiência;
- d) publicidade;
- e) legalidade.

**43.** Numa unidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, A, o chefe, impôs uma penalidade administrativa a B, servidor público da mesma unidade, devido à prática de um ato ilícito.

No caso em tela, A:

- a) emprega-se do poder de polícia;
- b) age de modo ilegal, pois é vedada a aplicação de sanções administrativas a agentes públicos;
- c) faz uso do poder disciplinar;
- d) emprega-se do poder normativo;
- e) age em estrita conformidade com o poder regulamentador.

**44.** Julgue as duas situações hipotéticas a seguir:

1º cenário: W, servidor público estatutário, emite um auto de infração e realiza a interdição do restaurante X devido à não conformidade com as normas sanitárias aplicáveis;

2º cenário: o Município Z, ao assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplica uma penalidade à sociedade empresária contratada Y, que dolosamente infringiu as cláusulas do contrato administrativo.

Nos cenários 1 e 2, respectivamente, manifesta-se a expressão do:

- a) poder disciplinar e poder disciplinar;
- b) poder disciplinar e poder de polícia;
- c) poder de polícia e poder disciplinar;
- d) poder de polícia e poder hierárquico;
- e) poder disciplinar e poder hierárquico.

**45.** As agências reguladoras têm:

- a) poder normativo técnico, que envolve a capacidade de emitir atos regulamentares que estabeleçam novas obrigações;
- b) autonomia para tomar decisões, salvo quando se tratar de julgamento de recursos;
- c) independência administrativa, mas estão sujeitas à supervisão ministerial;
- d) responsabilidade civil subjetiva, com culpa presumida;
- e) regime especial de autarquias, mas também têm a possibilidade de configuração como fundações de direito público.

**46.** Quanto à Administração Pública direta e indireta, marque a assertiva correta:

- a) Os bens das Fundações Públicas podem ser objeto de penhora, uma vez que estão sujeitos a ônus reais;
- b) Com a finalidade de cumprir os objetivos estabelecidos pela Constituição, o poder público tem o direito de distribuir competências, sem criar uma nova pessoa jurídica, por meio do processo de desconcentração;
- c) As autarquias, criadas por autorização legal, possuem personalidade jurídica de direito público e um patrimônio próprio;
- d) Uma sociedade de economia mista está sujeita ao controle hierárquico exercido pelo ente que a estabeleceu;
- e) A descentralização por outorga ocorre quando a Administração Pública transfere a execução de um serviço público para uma pessoa jurídica de direito privado, mantendo, no entanto, a titularidade do serviço.

**47.** Os atos administrativos podem ser vinculados ou discricionários, sendo a essência da diferenciação entre eles:

- a) no controle judicial de mérito aplicável somente aos atos discricionários;
- b) na necessidade de motivação presente apenas nos atos vinculados;
- c) no controle de legalidade aplicável somente aos atos vinculados;
- d) no juízo de conveniência e oportunidade inerente aos atos discricionários, que compõem o seu mérito;
- e) na possibilidade de revogação atribuída à Administração somente em relação aos atos vinculados.

**48.** Um agente público emitiu um ato administrativo com vício de legalidade. O ato deve ser:

- a) revogado pela Administração pública, gerando a revogação com efeitos futuros, ou seja, a partir da data em que o ato de revogação for publicado;
- b) convalidado pela Administração Pública, caso o vício em questão seja passível de correção, gerando a convalidação com efeitos somente para o futuro, a partir da data de publicação do ato de convalidação;
- c) revogado pela Administração Pública, resultando na revogação com efeitos retroativos à data de publicação;
- d) anulado pela Administração Pública, resultando na anulação com efeitos retroativos à data de publicação;
- e) anulado pela Administração Pública, resultando na anulação com efeitos exclusivamente para o futuro, a partir da data de publicação do ato de anulação.

**49.** X, Secretário do Meio Ambiente do Estado, estava sobrecarregado de trabalho, pois, no último ano de 2023, ocorreram várias construções imobiliárias em locais proibidos no município Z. Portanto, ele desejava delegar sua competência para W, Assistente de Fiscalização, a fim de realizar um ato administrativo específico de competência privativa de X, que não envolve a elaboração de ato normativo ou a decisão de recurso hierárquico. É conhecido que a legislação do Estado, em relação à delegação de competência, segue o mesmo conteúdo da legislação federal sobre processo administrativo.

Nesse contexto, a delegação pretendida por X é:

- a) lícita, pois inexistente vedação para delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa de X;
- b) ilícita, uma vez que, somente atos administrativos enunciativos são objetos de delegação;
- c) ilícita, posto que, a legislação veda a delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa de X;
- d) ilícita, porque a legislação proíbe a delegação de competência para prática de todos os atos administrativos;
- e) lícita, embora haja vedação de delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa de agente, X pode justificar o ato para atendimento ao interesse público.

**50.** A, desempenhando suas funções na ouvidoria do município B, recebeu uma denúncia anônima alegando que o conjunto de quadros, mesas, cortinas e cadeiras adquirido em virtude do último contrato celebrado pelo Prefeito apresentava defeitos físicos, além de ter quantidades unitárias inferiores às especificadas na compra. A alegação era de que o acordo para aceitar essas infrações, sem qualquer tipo de verificação, contou com a conivência de C, um servidor ocupante de cargo efetivo que falsamente atestou a regularidade do contrato.

A partir da leitura do caso fictício em tela, o município B deve:

- a) arquivar a denúncia anônima, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias;
- b) instaurar processo administrativo disciplinar em desfavor de C, desde que motivada e com amparo em investigação ou sindicância;
- c) instaurar de imediato processo administrativo, com a descrição do ilícito atribuído a C, sendo-lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- d) não instaurar processo administrativo disciplinar em desfavor de C, em razão do impedimento constitucional ao anonimato nas denúncias e do princípio da razoabilidade;
- e) instaurar de imediato processo administrativo disciplinar em desfavor de C, em razão do princípio da proporcionalidade.



**51.** Em relação ao controle da Administração Pública, analise:

I.O controle administrativo consiste na fiscalização tanto da legalidade quanto do mérito, sendo uma prerrogativa decorrente do poder-dever de autotutela da Administração;

II.O controle financeiro é realizado externamente pelo Poder Legislativo em relação aos Poderes Executivo e Judiciário, assim como em relação à sua própria administração, abrangendo aspectos como receita, despesa e gestão dos recursos públicos;

III.O controle judicial, em geral, é realizado a prior e por iniciativa própria, abrangendo a legalidade e a conveniência dos atos administrativos, com efeitos ex nunc;

IV.Entre outros meios, a ação popular, a representação, o mandado de segurança e os processos administrativos em geral são instrumentos utilizados para o controle judicial.

Está correto o que consta APENAS em:

- a) I, II e IV;
- b) II e III;
- c) I e II;
- d) II, III e IV;
- e) I, III e IV.

**52.** O controle realizado pelos Tribunais de Contas, como parte do auxílio ao controle externo sob responsabilidade do Poder Legislativo, abrange, de acordo com a Constituição Federal:

a) A legalidade dos atos de admissão de pessoal na Administração direta e indireta, incluindo as nomeações para cargos de provimento em comissão;

b) As concessões de aposentadorias, reformas e pensões, assim como as melhorias subsequentes, mesmo que não modifiquem o fundamento legal do ato concessório;

c) Os recursos transferidos a entidades privadas por meio de convênios, acordos ou outros ajustes, exceto quando a entidade não tem finalidade lucrativa;

d) Os contratos firmados pela Administração direta e indireta, com exceção daqueles que resultam de procedimento licitatório regular;

e) As contas dos gestores de entidades vinculadas à Administração direta e indireta, assim como daqueles responsáveis por qualquer irregularidade que resulte em prejuízo ao erário público.

**53.** Na última semana de novembro, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), em colaboração com a 13ª Promotoria de Justiça do Estado W, deu início à execução de 28 mandados de busca e apreensão. A ação tinha como objetivo investigar alegados crimes contra a administração pública ocorridos entre os anos de 2021 e 2022. Estes crimes estavam relacionados ao programa de pavimentação comunitária, que utilizou lajotas cimentadas em diversas ruas do mencionado Estado.

De acordo com as investigações, as prefeituras de várias localidades foram distribuídas mediante livre indicação política pelos vereadores das respectivas regiões. Os vereadores envolvidos passaram a atuar como facilitadores das contratações para a pavimentação de ruas, indicando empreiteiros para a execução dos serviços com a finalidade de incorporar indevidamente ao patrimônio dessas pessoas jurídicas privadas valores públicos, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie. Um dos líderes no esquema foi um vereador que desempenhou papel de destaque no poder executivo municipal junto à câmara do município, sendo apelidado supostamente de "Rei da Lajota".

O procedimento investigatório criminal foi iniciado em 2023 pela 13ª Promotoria de Justiça da Comarca Z, visando apurar uma possível organização criminosa envolvendo vereadores, agentes públicos do Poder Executivo municipal e empreiteiros do setor de pavimentação. A operação contou com a participação de 52 policiais do GAECO, com o apoio externo de policiais militares e civis da Comarca.

De acordo com o caso em tela, assinale a alternativa correta:

a) os vereadores e agentes públicos praticaram ato que importa em enriquecimento ilícito em seu favor, prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da administração pública, podendo a autoridade judicial competente determinar os seus

afastamentos, sem prejuízo da remuneração, até 60 (sessenta) dias, improrrogáveis;

b) os vereadores e agentes públicos praticaram somente ato que importa em enriquecimento ilícito em seu favor, podendo a autoridade judicial competente determinar os seus afastamentos, com prejuízo da remuneração, até 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo;

c) os vereadores e agentes públicos praticaram ato que importa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da administração pública, podendo a autoridade judicial competente determinar os seus afastamentos, com prejuízo da remuneração, até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo;

d) os vereadores e agentes públicos praticaram somente ato que enseja prejuízo ao erário, podendo a autoridade judicial competente determinar os seus afastamentos, sem prejuízo da remuneração, até 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo;

e) os vereadores e agentes públicos praticaram ato que importa em enriquecimento ilícito em seu favor e prejuízo ao erário, podendo a autoridade judicial competente determinar os seus afastamentos, sem prejuízo da remuneração, até 45 (quarenta e cinco) dias, improrrogáveis.

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

*Emerson Bruno*

**54.** Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato.
- b) O princípio da razoável duração do processo não se aplica aos processos administrativos.
- c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- d) A expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, também conhecida como liberdade de expressão é absoluta e incondicionada.
- e) A criação de associações e a de cooperativas dependem de autorização prévia do poder público.

**55.** Simão e seus primos Silas, Moisés e Diego pretendem trabalhar na empresa W objetivando juntar recursos financeiros para uma viagem internacional quando completarem 15 anos de idade. Considerando que Simão possui quatorze anos e dois meses de idade, Silas possui treze anos, Moisés doze anos e Diego quatorze anos e seis meses de idade, de acordo com a Constituição Federal,

- a) somente Simão, Silas e Diego podem exercer o trabalho, porém na condição de aprendiz.
- b) todos podem exercer o trabalho, mas Silas e Moisés só podem exercer na condição de aprendiz.
- c) somente Simão e Diego podem exercer o trabalho, porém na condição de aprendiz.
- d) somente Simão, Silas e Diego podem exercer o trabalho, porém Silas só pode exercer na condição de aprendiz.
- e) todos podem exercer o trabalho, mas Moisés só pode exercer na condição de aprendiz.

**56.** No tocante ao Poder Judiciário, à luz da Constituição Federal:

- a) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, sendo vedado à lei limitar a presença, em determinados atos, às partes e a seus advogados.
- b) o Poder Executivo não poderá reduzir unilateralmente, na fase de consolidação do projeto de Lei Orçamentária Anual, o orçamento proposto pelo Poder Judiciário, desde que esse tenha sido elaborado e enviado com observância de limites, forma e prazo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) ao Conselho Nacional de Justiça compete o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- d) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em quaisquer juízos e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
- e) ao Supremo Tribunal Federal compete homologar sentenças estrangeiras e conceder exequatur às cartas rogatórias.

**57.** Servidores públicos ocupantes de cargos efetivos em órgão legislativo de determinado Estado, reunidos em praça pública para se manifestarem contra a falta de ética na política, deliberaram constituir um sindicato, bem como promover uma paralisação de suas atividades, tão logo organizados em associação sindical. Nos termos da Constituição Federal, referidos servidores públicos:

- a) não poderiam estar reunidos para a manifestação, sem autorização prévia, mas estão autorizados a constituir sindicato e a realizar greve.
- b) não poderiam estar reunidos para a manifestação, sem autorização prévia, nem estão autorizados a constituir sindicato, mas sim a realizar greve.
- c) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente, mas não estão autorizados a constituir sindicato, nem a realizar greve.
- d) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização ou aviso prévio à autoridade competente, desde que pacífica, mas não estão autorizados a constituir sindicato, nem a realizar greve.
- e) poderiam estar reunidos para a manifestação, independentemente de autorização, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente, assim como estão autorizados a constituir sindicato e, observados os termos e limites definidos em lei, a realizar greve.

**58.** Ao disciplinar a organização político-administrativa da federação brasileira, a Constituição Federal estabelece que legislar sobre propaganda comercial é:

- a) uma competência comum entre União, Estados, DF e Municípios.
- b) uma competência exclusiva da União.
- c) uma competência concorrente entre União, Estado e DF.
- d) uma competência privativa da União.
- e) uma competência de interesse local a cargo do Município.

**59.** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que:

- a) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
- b) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.
- c) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
- d) reconhece a autodeterminação dos povos.
- e) estimula a competição entre os povos para o progresso da humanidade.

**60.** De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- a) a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- b) as associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- d) é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.
- e) são gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, bem como, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

**61.** Dentre os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal aos trabalhadores está

- a) irredutibilidade do salário, que não poderá ser minorado sequer por acordo coletivo.
- b) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- c) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.
- d) remuneração do trabalhador portador de deficiência, no mínimo, superior a cinquenta por cento à do que não tenha deficiência.
- e) assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até sete anos de idade, em creches e pré-escolas.

**62.** As irmãs Catarina e Gabriela são brasileiras naturalizadas. Ambas possuem carreira jurídica brilhante, destacando-se profissionalmente. Catarina almeja ocupar o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal e Gabriela almeja ocupar o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Neste caso, com relação ao requisito nacionalidade,

- a) nenhuma das irmãs poderá alcançar o cargo almejado.
- b) ambas as irmãs poderão alcançar o cargo almejado, independentemente de qualquer outra exigência legal.
- c) apenas Gabriela poderá alcançar o cargo almejado.
- d) apenas Catarina poderá alcançar o cargo almejado.
- e) ambas as irmãs só poderão alcançar o cargo almejado se tiverem mais de quinze anos de naturalização.

**63.** O Prefeito da metrópole “Beta” está com dúvidas a respeito da competência para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. Assim, consultando a Constituição Federal, verificou que se trata de competência:

- a) concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) privativa da União.
- c) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) privativa de cada Município.
- e) privativa dos Estados e do Distrito Federal.

**64.** Rodrigo é servidor público da Administração direta e candidatar-se-á, nas próximas eleições municipais, para o cargo de Prefeito. Investido no mandato de Prefeito, Rodrigo

- a) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- b) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, havendo compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, não poderá perceber sua remuneração.
- c) não será afastado do seu cargo, emprego ou função, mas não receberá sua remuneração, sendo que seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- d) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- e) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço não será contado durante o período do afastamento para nenhum efeito.

**65.** Os Desembargadores do Trabalho são processados e julgados originariamente pelo

- a) Pleno do Tribunal de Justiça a que pertençam ou por seu Órgão Especial se existente, nos crimes comuns, e pelo Superior Tribunal de Justiça nos de responsabilidade.
- b) Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade e pelo Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns.
- c) Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade e pelo Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns.
- d) Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade e pelo Pleno do Tribunal de Justiça a que pertençam ou por seu Órgão Especial, se existente.
- e) Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns e de responsabilidade.

**66.** Aos juízes é permitido, nos termos da Constituição Federal:

- a) exercer a advocacia no juízo do qual se afastou, a partir do afastamento do cargo por exoneração.
- b) dedicar-se à atividade político-partidária.
- c) receber, a qualquer título, participação em processo.
- d) exercer na ativa ou em disponibilidade uma única função de magistério.
- e) perceber, em qualquer hipótese, contribuições de pessoas físicas ou entidades públicas.

## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Stefan Fantini*

**67.** O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

**68.** O planejamento realizado pelo nível intermediário, direcionado a determinada unidade da organização, com foco no médio prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento institucional
- e) planejamento global

**69.** O fragmento a seguir foi extraído do site institucional do Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM):

“Promover a Justiça e manter a ordem jurídica, atuando na garantia do pleno funcionamento das instituições democráticas, bem como na defesa das condições de vida e de desenvolvimento, respeitando-se as diversidades populacionais e ambientais do Estado.”

Esse fragmento representa

- a) a visão do MP-AM.
- b) a missão do MP-AM.
- c) o negócio do MP-AM.
- d) a estratégia do MP-AM.
- e) os valores do MP-AM.

**70.** De acordo com Frederick Herzberg, existem dois fatores que explicam o comportamento das pessoas. De acordo com o autor, salário é um

- a) fator higiênico
- b) fator motivacional
- c) fator de segurança
- d) fator de estima
- e) fator social

**71.** Chiavenato (2014) destaca que a Gestão de Pessoas é um conjunto integrado de atividades de especialistas e gestores no sentido de proporcionar competências e competitividade à organização. De acordo com o autor os processos básicos da Gestão de Pessoas são: Agregar, Aplicar, Recompensar, Desenvolver, Manter e Monitorar Pessoas.

Qual das alternativas apresenta o processo de gestão de pessoas que se fundamenta na criação de condições ambientais e psicológicas satisfatórias para as atividades nas organizações?

- a) recompensar pessoas
- b) manter pessoas
- c) desenvolver pessoas
- d) agregar pessoas
- e) monitorar pessoas

**72.** João das Neves realizou a avaliação de desempenho de seus subordinados levando em consideração o registro dos aspectos extremos (tanto negativos, quanto positivos) das características dos indivíduos avaliados. Esse método utilizado por João das Neves é chamado de

- a) Escalas Gráficas
- b) Comparação Binária
- c) Efeito Halo
- d) Avaliação 360°
- e) Incidentes Críticos

**73.** O líder, através de uma comunicação efetiva, apresenta o poder de influenciar pessoas a atingirem objetivos que estão além de seus próprios interesses. Com o objetivo de explicar o funcionamento do processo da liderança surgiram algumas teorias da liderança, dentre elas a Teoria de Estilos de Liderança conhecida como “Os Três de White e Lippitt”. Para essa Teoria, existem três diferentes estilos de liderança. São eles:

- a) Democrática, cesarista e autocrática.
- b) Autocrática, liberal e dogmática.
- c) Democrática, autocrática e liberal.
- d) Liberal, autocrática e laissez-faire.
- e) Cesarista, dogmática e autocrática.

**74.** Em determinado departamento, um estagiário recebeu um lote de material danificado. Na dúvida sobre como proceder, o estagiário decidiu recorrer às normas organizacionais e seguiu as orientações para devolução do material. A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como:

- a) analítica
- b) não programada
- c) intuitiva
- d) programada
- e) ponderada

**75.** A organização subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção adota o critério de departamentalização

- a) por processos
- b) por clientes
- c) geográfica
- d) matricial
- e) funcional

**76.** João das Neves, gerente de determinado departamento, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados acerca da data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como:

- a) formal e ascendente
- b) formal e lateral
- c) formal e descendente
- d) informal e ascendente
- e) informal e descendente

**77.** Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecidos como processos:

- a) primários
- b) secundários
- c) de suporte
- d) de apoio
- e) gerenciais

**78.** Para o Guia PMBOK, projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único/exclusivo. Segundo o Guia, os principais tipos de Escritório de Gerenciamento de Projetos são:

- a) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, de Resultado.
- b) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Controle, de Organização, de Finalização.
- c) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Suporte, de Controle, Diretivos.
- d) Escritório de Gerenciamento de Projetos Pequeno, Médio, Alto.
- e) Escritório de Gerenciamento de Projetos de Implantação, de Controle, de Planejamento.



**79.** O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

**80.** O tipo de *accountability* que ocorre quando os cidadãos controlam as ações dos governantes por meio do referendo, do plebiscito, do voto, ou então mediante o exercício do controle social, é chamada de:

- a) *accountability* vertical
  - b) *accountability* societal
  - c) *accountability* horizontal
  - d) *accountability* social
  - e) *accountability* integrada
-

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---